

## ENTRE A LENDA E A REALIDADE: O FASCÍNIO DA REGIÃO AMAZÔNICA

Márcia d'Acampora<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo mostrar como, a ocupação do espaço amazônico desde as primeiras explorações aventureiras até as políticas governamentais desenvolvidas, se pautaram na apropriação do imaginário coletivo, utilizando-se do conhecido fascínio que as lendas da Amazônia sempre exerceram com a busca das riquezas da lendária Manoa.

**Palavras-chave:** lendas amazônicas; imaginário; viagens exploratórias; políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Professora adjunta do Departamento de História da UFRR

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo é parte integrante de uma pesquisa realizada entre os anos de 1995 e 1999. A idéia principal era estudar a região de Roraima nos anos de 1940 e verificar como a sociedade local percebeu sua mudança de condição, deixando de ser uma parte integrante do estado do Amazonas para ser um território tutorado pela União, mas independente, uma nova e autônoma região do país. Logo no primeiro contato com as fontes percebeu-se o orgulho e o fascínio de “ser amazônico”, mas ninguém conseguia definir o que era este ser amazônico.

E para que se compreendesse este significado, primeiramente, foi preciso identificar historicamente de onde surgiu o fascínio que a região amazônica exerce sobre o imaginário popular, não somente nos dias atuais com temas tão em voga como as questões indígenas, a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, mas desde as primeiras “aventuras dos homens” nas navegações, fazendo-se um contraponto entre a realidade e as lendas.

## **1 - A DESCOBERTA DO RIO AMAZONAS – REALIDADE E LENDA**

Pode-se afirmar que a conquista dos sertões, a marcha para o oeste, chegando até às políticas de integração dos governos militares se pautaram em todo um imaginário que definia a Amazônia como uma terra de riquezas sem fim, disponível para quem tivesse ousadia e coragem. Carvalho explica que “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político”. Por meio do imaginário é possível “atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”. (Carvalho, 2001)

Desde as primeiras viagens marítimas, quando o europeu saía em busca de novos caminhos para as Índias, ou do El Dorado, do Paraíso na Terra, enfim de um lugar repleto de riquezas, ele tinha em mente as histórias das aventuras de Marco Pólo e outros exploradores, nas quais o mítico e o real se misturavam (Buarque de Holanda,1994). Segundo a lenda, a mais difundida entre os viajantes da época, existiria um reino,

Manoa, cujo Imperador tinha ouro em pó espalhado pelo corpo todos os dias; como forma de um ritual, banhava-se nas águas de um grande lago, deixando, desta forma, o ouro depositado em seu leito.

Para que se compreenda o fascínio que as áreas consideradas inexploradas, como as da região Amazônica, por exemplo, exerciam, é necessário lembrar que para estes homens, dos séculos XV, XVI e XVII, a possibilidade de conseguir fama e fortuna era mais importante do que sua própria segurança, justamente pela nova condição de vida pela qual a Europa passava. Após o término da Idade Média, com a nova realidade imposta pelo Mercantilismo, as oportunidades de crescimento não estavam na agricultura em solo pátrio, mas sim na busca de novas terras, do caminho para as Índias, com suas especiarias, nas Navegações e no comércio. A procura por metais preciosos, o enriquecimento garantido, a aventura através do desconhecido, tudo se misturava e fazia parte do imaginário popular dos homens que embarcavam em expedições exploratórias, que nem sempre obtinham êxito.

Este sentimento é reforçado na medida em que se recorda que praticamente não havia mobilidade social naquele período, a expectativa de progresso econômico pessoal girava em torno da possibilidade de enriquecimento através destas viagens. Segundo Gondim “o descobrimento da América e a circunavegação da África ofereceram à burguesia em ascensão um novo campo de atividade”: a descoberta e colonização da América, os mercados do Oriente, o intercâmbio entre as colônias e a multiplicação dos meios de troca acelerou o desenvolvimento do elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição (Gondim, 1994, 14). A maioria das notícias que se tem sobre as viagens são relatos feitos por cronistas, alguns destes religiosos, que normalmente acompanhavam estas expedições.

Uma grande parte dos feitos extraordinários empreendidos pelos viajantes ou dos seres exóticos que habitariam estes lugares ermos provêm destas crônicas. Falava-se da existência de homens com olhos no meio do peito, com os pés para trás, com duas cabeças, criaturas aladas, enfim, características que marcariam bem a diferença entre os seres que poderiam habitar as terras longínquas e os

viajantes do velho mundo. A imaginação em relação ao que se poderia encontrar nas viagens, além da riqueza praticamente garantida, fazia parte do dia-a-dia daqueles exploradores.

Colombo, por exemplo, quando de sua 1ª viagem à procura de nova rota para as Índias, em 1492, “não podia ter certeza de que no fim do oceano [Atlântico] não havia um abismo, e, conseqüentemente, [não haveria uma] queda no vazio” (Todorov,1993,7). Também não podia ter certeza de que a viagem para oeste não significava uma descida e que para voltar teria que subir o oceano, pois se acreditava que o velho mundo ficava no topo da terra. Assim as cartas náuticas, que também eram feitas com base nos relatos ou crônicas das viagens, poderiam sofrer com o excesso de imaginação do seu autor.

Desta forma, torna-se possível compreender porque as esperanças superavam os medos. Para o homem da época, tudo estava envolto numa aura mística, perpetuada pelos mapas traçados, pelos relatos dos cronistas, pelas notícias que se tinha que misturavam a realidade e a fantasia, criando inúmeras lendas. Os exploradores, de uma maneira geral, ao se aventurar em terras desconhecidas, ignoravam as características preexistentes das sociedades locais, impondo sua presença e seus hábitos. Dentro deste espírito desbravador, por mais remota que fosse a possibilidade de tornar-se um verdadeiro senhor de seu próprio mundo, levava os homens às expedições. Para Francisco de Oliveira:

Descobrir significa revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeitos. O conquistador por essa lógica, se arvora de todos os direitos: o que descobre é seu, ele lhe dá os nomes, o conforma e é o sujeito da descoberta, pois revela o que não existia. A revelação é um ato demiúrgico, e o Conquistador quase um deus (Francisco de Oliveira in: D’Incao, Maria A. & Silveira, Isolda M. . A Amazônia e a crise da Modernização, 1994.p.85)

As regiões ao Ocidente da Linha de Tordesilhas não foram descobertas junto com o Brasil de Cabral, elas tiveram de ser desbravadas, exploradas, conquistadas. O espírito expansionista dos homens da modernidade teve, em relação

às Américas, papel primordial na formação dos espaços e fronteiras, conforme vemos atualmente.

Os aventureiros do século XVI, que queriam ser os donos e senhores dos grandes espaços vazios, viam nestas regiões inexploradas a promessa de uma riqueza inesgotável, quer na forma de ouro, pedras preciosas e especiarias, quer como o desafio de domar o espaço selvagem e dele retirar tudo o mais que a natureza pudesse oferecer.

A corrida em busca do El Dorado com a lenda de Manoa e o Parima (ou Parime), seu lago repleto de ouro, levou os homens à região Amazônica, mais especificamente ao antigo estado do Amazonas, em busca da confirmação das lendas, porque este reino poderia estar situado em algum lugar do mundo amazônico (Gondim,1994,119). Conseqüentemente, esta procura foi desbravando os espaços e tornando-os relativamente conhecidos. Os exploradores, de posse de cartas náuticas repletas de fantasias e erros, mas as únicas disponíveis naquele momento, acreditavam na sua existência e imaginavam que o reino de Manoa às margens do lago Parima não deveria ser de difícil localização. Com informações deste tipo, e não somente atrás do El Dorado, os portugueses e os espanhóis partiram em busca de novos mundos a conquistar.

Os aventureiros chegaram à América e aqui disputaram, palmo a palmo, todo o continente. Além dos rigores da selva, ambiente totalmente diferente daquele a que os europeus estavam acostumados, o choque com os índios locais foi inevitável. Mas também foram, aos poucos, reconhecendo o contexto, realidades que não constavam nos mapas que possuíam.

## **1.1 – OS PRIMEIROS NAVEGANTES**

O primeiro relato que se tem notícia sobre o contato de um europeu com as águas do rio Amazonas deu-se em 1499, através de Vicente Yañes Pizon, que veio da Espanha, e, descendo através do Caribe, ao costear o litoral norte brasileiro, percebeu estar navegando em águas doces. Após navegar por sua desembocadura, seguiu a costa do litoral do atual Estado do Amapá, e sempre em direção ao norte, passou

pela foz do Oiapoque. Pinzon batizou o rio que se encontrava com o oceano como “Santa Maria de la Mar Dulce” (Souza, 1994,22). No início de 1500, Diego de Lepe, que se aventurou pelo litoral brasileiro seguindo a mesma rota de Pinzon, também chegou à foz do Amazonas, que denominou de rio Marañon.

Por volta de 1540, já circulavam na Europa as histórias sobre a revelação das Américas, sobre o rio Grande de la Mar Dulce ou Marañon, e, junto com elas, a história do El Dorado. No território Inca, no Peru, havia rumores sobre a existência de grandes riquezas a leste de Quito. Dizia-se que, além dos Andes, ficava o país de La Canela e do El Dorado. Ainda em 1540, os espanhóis Gonzalo Pizarro e Francisco Orellana começaram a organizar, em Quito, uma expedição para a exploração e tomada de posse das terras orientais espanholas americanas, segundo garantia o Tratado de Tordesilhas, onde estariam localizadas as terras amazônicas. Pizarro, seguindo os passos dos exploradores da época, tinha em mente dois objetivos: o primeiro era encontrar especiarias, principalmente a canela, e o segundo era o de encontrar o reino do El Dorado.

No ano seguinte, Pizarro e Orellana partiram com sua expedição descendo dos Andes rumo ao Atlântico, através do Mar Dulce de Pizon, penetrando na região da floresta. Esta viagem foi documentada pelo frei Gaspar de Carvajal, cronista da expedição, que em seu relatório “Relacion del Nuevo Descubrimiento del Famoso Rio Grande de las Amazonas” afirmou que Orellana sabia como se aproximar dos índios e aprendia sua língua rapidamente. Segundo ele “depois de Deus, o seu entendimento das línguas foi o fator pelo qual nós não sucumbimos” (Souza,1994,26).

Ainda segundo Carvajal, uma das lutas mais ferrenhas enfrentadas pela equipe de Orellana deu-se quando eles estavam próximos ao rio Tapajós. Em meio aos guerreiros, eles avistaram mulheres, as chamadas Amazonas “que pareceram-lhe muito altas, corpulentas e brancas com o cabelo trançado e enrolado na cabeça, em pêlo, mas com um ligeiro sendal, com arcos e flechas nas mãos”(Correia Filho, 1942,266/67). Em agosto de 1542, a expedição através do rio terminou, com a equipe de Orellana desembocando no mar e subindo em direção ao Caribe, à procura da ilha de São Domingos.

Carvajal explicava que devido a este confronto, o antigo Mar Dulce chamar-se-ia agora rio das Amazonas.

Mais uma lenda que se misturava com a realidade na epopéia expansionista na Amazônia. Após esta viagem de Oréllana e os relatos do frei Carvajal, outras expedições se aventuraram pela Amazônia, usando o rio como porta de acesso. Entre os anos de 1530 até o final de 1600, várias expedições penetraram na região. Os alemães George de Spires (1536) e Philip von Hutten (1541) desceram dos Andes em direção à floresta tropical. Em 1549, chegou à fronteira do Brasil com o Peru um contingente de índios tupi que havia migrado, subindo o rio. Eles afirmaram que estavam fugindo dos conquistadores portugueses que queriam escravizá-los, e falaram também sobre o reino de Paititi, onde, segundo afirmavam, havia muito ouro e pedras preciosas (Oliveira, Adélia, 1983, 164). Para verificar a veracidade destas informações, o vice-rei do Peru organizou uma expedição com o objetivo de chegar a este reino de fabulosas riquezas e enviou os espanhóis Ursua, Aguirre e Guzman, em 1560. Eles percorreram todo o rio em 94 dias.

Foi somente em outubro de 1637 que foi organizada uma expedição comandada por portugueses. Desta vez, foi utilizada uma rota contrária a dos primeiros exploradores: Pedro Teixeira saiu do Pará em direção a Quito do Atlântico rumo aos Andes. Esta foi considerada como uma expedição exemplar em termos logísticos, Pedro Teixeira seguiu para os Andes na companhia de mais de duas mil pessoas. Até esta época, o ponto mais avançado que os portugueses haviam percorrido era no atual Estado do Maranhão, onde haviam erigido o fortim de Gurupá em substituição ao de Mariocai, dos holandeses.

Esta expedição de Teixeira, que fez a viagem de ida e volta, foi mapeando e reconhecendo em favor da coroa portuguesa a região, e “por meio dela, ocupou todas as terras, desde a foz do Amazonas até a foz do rio Napo, em nome da coroa portuguesa” (Oliveira, Adélia, 1983, 178). O cronista desta expedição, padre Christobal Acuña, descreveu pela primeira vez os habitantes da região, fazendo um relato sucinto sobre os mais variados grupos indígenas, em “Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas”. Escreveu também sobre a

fartura e a variedade de frutas comestíveis e abundância peixes e caça, enfim, descreveu o estilo de vida dos seus habitantes (Correia Filho,1942,18).

Segundo as informações de Acuña, ainda nesta época a região era intensamente ocupada por nações indígenas, além de brancos, que procuravam mão-de-obra escrava entre os índios, e outros que haviam-se estabelecido na região. Durante estes quase cem anos, decorridos entre a primeira viagem pelo rio Amazonas, descrita pelo frei Carvajal, e a viagem de Pedro Teixeira de ida e volta de Belém a Quito, narrada pelo o padre Christobal de Acuña, haviam sido instaladas ao longo da Amazônia algumas bases de vários países que também tinham interesse em tomar posse da região.

## **1.2 – TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO EUROPÉIA ANTES DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA**

Depois destas viagens exploratórias, “a imensidão do Mundo Amazônico, com sua pujança, seus índios incontáveis, suas lendas e a possibilidade efetiva de tornar-se um El Dorado” despertou o interesse de vários aventureiros do mundo europeu (Oliveira, Adélia,1983,165). Antevendo a possibilidade da exploração de seus produtos naturais, e não somente contando com a possível existência de ouro, alguns países que haviam ficado fora da partilha do mundo feita pelos tratados que culminaram com o Tratado de Tordesilhas, começaram a cobiçar esta parte da América recém descoberta. Acredita-se que foram os ingleses, entre os europeus não-ibéricos, os primeiros a aportar na região. Em 1595, a expedição de Sir Walter Raleigh chegou até a embocadura do rio Orenoco em busca do El Dorado. Em seguida, os holandeses percorreram a costa norte desde o Cabo do Norte (atual Amapá) até o Orenoco, onde implantaram as primeiras colônias e feitorias comerciais e militares na Amazônia brasileira. De uma maneira geral, estes exploradores instalaram-se entre o Oiapoque e as cercanias do rio Tapajós, ao longo do Amazonas e seus tributários. Os ingleses e, provavelmente, os irlandeses, fixaram-se na costa do Amapá e em torno de Marajó; os holandeses no vale do Xingu e os franceses subiram o Tocantins.



Oliveira afirma que estes empresários mercantilistas conseguiram empreender um expressivo comércio local:

Coletaram o urucu e sementes oleaginosas, exploraram as madeiras exóticas que encontraram, praticaram a pesca do peixe-boi e a exportação de diversos peixes salgados, plantaram tabaco e cana-de-açúcar e rum, comerciaram com os Aruans e Tupinambás e trouxeram escravos negros da Guiné, que eram os trabalhadores da lavoura e dos empreendimentos comerciais. Estradas terrestres não havia e o caminho que utilizaram, em suas perambulações pela Amazônia, foi o rio grande das Amazonas e seus afluentes. (OLIVEIRA, Adélia. In SALATI, Enéas e outros. Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.164).

Eles conseguiram, efetivamente, descobrir uma forma de exploração do El Dorado amazônico. Os holandeses fundaram colônias no rio Essequibo (1616) e Berbice (1627) (Guiana Holandesa), e os ingleses no Suriname em 1651, de onde foram expulsos pelos holandeses em 1667. Os franceses, por sua vez, conceberam um “ambicioso projeto de conquista do vasto território, que ia da boca do Orenoco, ao norte, até a ilha do Maranhão, a sudeste” (Souza, 1994,47), aonde fundaram a cidade de São Luís, e estabeleceram-se também em Caiena (atual Guiana Francesa).

### **1.3 – LUTAS PELA ANEXAÇÃO DO TERRITÓRIO: A OCUPAÇÃO PORTUGUESA E A COLONIZAÇÃO**

Dentro deste contexto de expedições e descobertas, deu-se a entrada dos portugueses neste território tão disputado. Isto ocorreu, segundo Correia Filho, após a viagem bem sucedida de Pedro Teixeira em 1637, que “evidenciou a imensidão do território devassado, que reclamava ocupação efetiva por quem tencionasse anexá-lo aos seus domínios” (Correia Filho, 1942, 275). Os portugueses já estavam decididos a ultrapassar o meridiano das Tordesilhas, bem como de descobrir no Brasil riquezas semelhantes as das

possessões espanholas, provavelmente, o que os portugueses queriam, na realidade, ao expulsar seus concorrentes, era ficar com o mercado de açúcar e das “drogas do sertão” e para isto necessitavam ocupar, efetivamente, a área cobiçada (Adélia Oliveira, 1993, 169).

Para Meggers, “aos olhos dos estrangeiros, a Amazônia era principalmente uma fonte de produtos exóticos que podiam ser vendidos por preços elevados” (Meggers, 1977,192). E o Amazonas era a grande estrada de ligação de toda a região, por isso era necessário dominá-lo com o auxílio, e o estímulo, das expedições exploratórias. Portanto, a luta pela anexação desta região e a garantia de sua posse efetiva exigiram a tentativa de fixação de elementos nacionais, civis ou militares, junto a regiões fronteiriças. A primeira providência era a de garantir a posse do rio e com este objetivo, em 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco foi enviado ao norte onde fundou, sobre a baía do Guajará, um forte que denominou Presépio, lançando as bases para a fundação da cidade de Santa Maria de Belém (atual cidade de Belém). A finalidade deste povoamento era a de assegurar a foz do rio Amazonas, garantindo para Portugal o controle de toda a bacia Amazônica e as terras que pertenciam à Espanha.

Após a expulsão dos franceses da região do Maranhão, os portugueses elaboraram uma estruturação administrativa nas terras conquistadas na base de capitânicas, sem cunho hereditário, para o estabelecimento de colonos como forma de ocupação efetiva do solo. Como esta parte do Brasil comunicava-se com muito mais facilidade com Portugal do que com Salvador ou Rio de Janeiro, além de ser uma área muito grande que necessitava de um governo independente que pudesse agir com rapidez para sua defesa, as capitânicas do Norte do país foram desmembradas do Estado do Brasil, e foi criado o Estado do Maranhão. Posteriormente Estado do Maranhão e Grão-Pará, cujas decisões políticas e administrativas vinham diretamente de Portugal.

A lenda espanhola do El Dorado ainda se repetia entre os aventureiros. Ao descrever este período de expansão interna, Teixeira Soares afirma que:

Nesta fase da fundação e povoamento do Brasil tudo pode ser lendário, tudo pode ser mítico, tudo pode ser fantasioso. Apalpava-se a terra. Mas havia muita coisa de verdade nas informações que os portugueses obtinham com penoso sacrifício e muita espionagem. Como quer que seja, a terra ali estava a seduzir o aventureiro, porque é verde, é imensa, é cortada de rios, porque o mistério adeja em toda a parte. É a angustiosa epopéia do devassamento das terras. É a epopéia do achado das riquezas. É a epopéia da mistura de sangue europeu e índio. É a epopéia da Cruz, da Espada e da Esperança. (TEIXEIRA SOARES. História da Formação das Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1973. pp. 28-29).

Começou o ciclo de explorações nas terras demarcadas pelo Tratado, e alterando a linha pré-estabelecida pelo acordo feito entre as coroas espanhola e portuguesa, o território português foi se ampliando. Estas expedições saíam sempre em direção ao Oeste e, desbravando cada vez mais o interior, subiam ou desciam, ampliando gradativamente a configuração das fronteiras, alargando o território nacional. As expedições rumo ao norte tinham por meta chegar à bacia do Amazonas, reconhecendo suas ligações fluviais. Esta expansão foi conquistando para o Brasil mais e mais territórios, auxiliando o seu crescimento, através de terras que foram se incorporando aos poucos ao domínio da Coroa Portuguesa.

Essa incessante procura por riquezas, do séc. XVII em diante, propiciou o surto de vilas e cidades, abrindo o caminho para a conquista também do espaço Amazônico. Conseqüentemente, além do rio Amazonas, os portugueses começaram a exploração de seus afluentes. Durante o séc. XVIII percorreram os rios: Negro, Branco, Trombetas, Jari, etc. Começaram a ocupar as chamadas terras altas, aonde encontraram os espanhóis ou muitas vezes, ainda, os índios já submetidos ao comando dos holandeses, ingleses e franceses estabelecidos nas costas das Guianas, nas feitorias e entrepostos comerciais que haviam estabelecido. Desde este período, a Amazônia, no norte, e o Mato Grosso, no oeste, eram as fronteiras mais frágeis, devido a sua amplitude e carência demográfica, e, justamente por isto, deveria receber

maior atenção. Os portugueses teriam que lutar para conservar a posse desta terra, que foram, aos poucos, tirando do legado espanhol.

Nestas disputas pela posse da terra, foi através da assinatura do Tratado de Madri firmado entre Espanha e Portugal, em 1750, que ficaram definidas as soberanias de ambas as Coroas. E, em 1763, os dois governos que faziam parte do antigo Brasil colônia, o do Estado do Brasil e o do Estado do Grão-Pará e Maranhão foram fundidos em um só, quando o Brasil passou à categoria de Vice-Reino. Na Amazônia, tendo como marco o rio Amazonas, Portugal ficou com a posse desde o Alto Peru até a foz, e com ambas as margens. Ficaram assim definidas as fronteiras do norte do país, com a incorporação da região Amazônica.

Para garantir as fronteiras do norte e do oeste, Pombal mandou construir várias fortificações. Foram edificadas o Forte do Príncipe da Beira no Guaporé, a Fortaleza de Macapá, o Forte de Tabatinga e a linha de Fortins de São José de Meribaitanas na Amazônia. Dessa forma, pode-se verificar que as fronteiras do norte, imensas e despovoadas, foram construídas, primeiramente, através dos exploradores. Depois pela ocupação militar, apesar de permanecerem praticamente desabitadas. Mas sua posse definitiva foi garantida pela diplomacia do governo Português (Teixeira Soares, 1973, 50-56).

#### **1.4 - A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO – SONHO E REALIDADE**

Conforme já foi dito anteriormente, a procura por especiarias, e a esperança pela comprovação das lendas sobre terras distantes onde existiriam riquezas sem fim, foi o que motivou os espanhóis, inicialmente, a se aventurar pela selva Amazônica. Após os contatos iniciais com a realidade local, os primeiros exploradores foram deixando de lado a busca do El Dorado, procurando na região novas oportunidades de exploração.

Em busca do mercado já estabelecido pelos estrangeiros, os portugueses partiram na tentativa de tomar para si as terras amazônicas. Após expulsar os estrangeiros,

os portugueses tiveram, por sua vez, que tratar diretamente com os índios. As terras aonde pretendiam efetuar as coletas da matéria-prima eram ocupadas pelos diversos grupamentos dos quais já falava Acuña. Estes, “querendo evitar a invasão de seu território, começaram a ser hostis à caminhada de portugueses e brasileiros” (Oliveira, 1993, 169). O governo Imperial chamou, então, os missionários para juntamente com os exploradores, achar uma forma de conseguir a colaboração dos vários grupamentos indígenas.

A função destes religiosos era a de “descer” os índios das aldeias para as missões religiosas, e havia também as tropas que “apresavam” os índios, as chamadas “tropas de resgate”. Estes eram transformados em escravos e levados para trabalhar no sertão e nos diversos centros urbanos que foram surgindo. Também foram instaladas as primeiras colônias permanentes ao redor das missões religiosas e dos fortes militares. A sociedade portuguesa transplantou para a região os moldes de sua experiência com a colonização em outros locais, passando a dominar a sociedade indígena local, “além de iniciar um processo aculturativo onde, tanto o elemento português e/ou brasileiro quanto o índio passaram a trocar elementos de sua organização econômica, social e religiosa” (Oliveira, 1993,170). Começaram então as buscas pelo que se convencionou chamar de Drogas do Sertão, que pode ser considerado como um ciclo econômico da Amazônia. Por mais ou menos 250 anos, e contando com a ajuda da mão-de-obra indígena local, os homens partiram em busca de ervas variadas, que encontrariam mercado garantido junto à população européia. O principal produto extrativo, com aceitação no mercado europeu, era a canela. Desde logo se percebeu que não havia como contar apenas com sua exploração, pois na Amazônia suas árvores eram muito distantes umas das outras. Além da canela, coletaram outras essências nativas tais como baunilha, urucu, salsaparrilha, anil, sementes oleaginosas e diversas espécies de madeiras.

Em 1750, após a ascensão do Marquês de Pombal, foram criados novos estímulos, no âmbito social, em relação à Amazônia. Foram criadas leis que beneficiavam o colono, tais como a concessão de terras, ferramentas grátis e isenção de impostos. Também houve o incentivo para o casamento entre

colonos e índios, concedendo, por este meio, a liberdade aos últimos. Por fim, elevaram a categoria das povoações, com as aldeias missionárias e feitorias passando a vilas com denominações portuguesas. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, começou, então, a afirmação do poder mercantil e a aceleração do processo de formação de uma classe agrária provinda do meio indígena, “uma vez que o índio catequizado passa a se integrar cada vez mais à sociedade cabocla e rural que o envolvia” (Oliveira, 1993, 170-171). Em termos econômicos, teve início o que se poderia chamar de um novo ciclo, baseado na extração da borracha.

Com a procura da borracha, espalhada por toda a região, os homens foram se embrenhando cada vez mais, geralmente seguindo às margens dos rios, por toda a Amazônia. A extração da borracha neste período era feita de modo primitivo, ou silvestre: os grupamentos iam atrás da matéria-prima que, tal como a canela, por ser nativa, era espalhada pela floresta. Devido à grande distância das seringueiras, este era um trabalho lento, cansativo e penoso.

No início, a coleta era feita apenas em alguns municípios do Pará, mas a procura pela matéria-prima levou os seringueiros a explorar a região Amazônica, em direção ao Oeste, nos rios Xingu e Tapajós e se aproximando do Negro e Amazonas. Devido ao fato de o processo de extração ser longo, era necessário que os homens ficassem próximos da região da coleta. Assim, gradativamente, foram também lançando as bases de novos vilarejos desenvolvendo cada vez mais os núcleos em torno dos rios Negro e Amazonas, dando origem à Província do Amazonas, criada em 1850. A região passou então a ter duas grandes áreas produtivas, a região de Belém e das ilhas ao seu redor, e a área do rio Amazonas, nas cercanias da atual cidade de Manaus.

Quando da época da criação da Província do Amazonas, “ameaças imperialistas de países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França pesavam sobre a região Amazônica, pois, com base em proposições tais como o ‘progresso da humanidade’ e o ‘aproveitamento regional dos recursos naturais’, desejavam suprir suas necessidades crescentes de borracha” (Oliveira, 1993, 220). O governo americano pressionava o governo brasileiro no sentido de

permitir que um grupo de empresários seus implantassem uma linha regular de vapores no rio Amazonas. Vendo nesta abertura uma ameaça potencial à soberania nacional, o governo fez um acordo com o Barão de Mauá para implantar o transporte a vapor, em forma de monopólio, numa tentativa de dominar o escoamento dos produtos (Santos, 1980, 53). Este recurso não conseguiu se manter por muito tempo. Já em 1870, o escoamento da matéria-prima em direção ao porto de Belém era uma constante, como explica Weinstein:

... Não apenas a Amazônia estava aberta a navios estrangeiros até o rio Negro e ligada a Liverpool por duas linhas transatlânticas, como também sua frota doméstica contava com 31 barcos a vapor (...) que realizavam perto de 350 viagens por ano entre Belém e o interior do Pará e do Amazonas. (WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 –1920)*. (São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 1993. p.74).

Um outro problema que permanecia sem solução era em relação à concentração das forças econômicas nos seringais, criando um vazio no campo da produção alimentar. Preocupados com a fuga do homem da agricultura, houve várias tentativas de promover uma migração dirigida para este setor, por parte dos governos provinciais e por particulares, desde meados do século XIX (Weinstein,1993,87). Em 1852, Tenreiro Aranha, o 1º governador da Província do Amazonas, dizia em um relatório que “as forças econômicas estavam deixando algumas atividades agrícolas e industriais para se dedicarem ao extrativismo” (Souza, 1994,129).

Havia começado uma grande migração de nordestinos para o norte que, fugindo da grande seca que assolava sua região, iam tentar a sorte em terras amazônicas na extração da borracha, unindo-se aos amazonenses e paraenses. Este período, nos anos de 1800, em que a centralização da economia girava em torno da extração da borracha, fez com que as tentativas de uma política agrícola, e conseqüente desenvolvimento e fixação do homem ao solo, não surtiram o efeito esperado.

O governo central, sabendo da necessidade de desenvolver e povoar a região começou a incentivar uma política agrária que ajudasse a transformá-la em uma região produtiva, tal como já havia sido feito no período Imperial. Houve um forte estímulo a esta colonização agrícola, a qual acabou falhando, e o imigrante deslocou-se novamente para o trabalho com a borracha. A rotatividade entre a entrada de mão-de-obra, as tentativas de investimento na agricultura e a colocação certa na indústria extrativa tornaram-se uma constante na vida econômica da região. Embora anteriormente a região já fosse exportadora de determinada quantidade de cacau, madeira e outros produtos típicos da floresta, o crescimento da economia extrativa, com sua colocação garantida no mercado, comprometeu todo o resto. Deste modo, a economia Amazônica estruturou-se dependendo de um único produto de exportação, sujeito às flutuações do mercado externo.

Por volta de 1910, a borracha transplantada para a Ásia, começou a concorrer com a borracha nacional e no final da 1ª Guerra a borracha asiática já dominava o mercado internacional. Com o crescimento da plantação de borracha cultivada na Ásia, o mercado Amazônico perdeu sua primazia, e, conseqüentemente, houve um esvaziamento populacional nas regiões dos antigos seringais. O mercado internacional não precisava mais do ouro negro amazônico.

Desta forma, apesar do grande período de ascensão e integração que a Amazônia viveu não se alteraram na realidade as condições sociais de sobrevivência, não se conseguiu criar na sociedade uma diversidade produtiva, que, efetivamente, tivesse condições de promover o tão sonhado desenvolvimento da região. Martinello sintetiza bem este momento quando diz que:

Durante todo este período, não obstante a prosperidade do boom da borracha, as aplicações da riqueza que foi carregada para a região, não ultrapassáramos umbral do consumo, por exemplo, os espetáculos teatrais e companhias de luxo estrangeiras que se exibiam, com toda a pompa em Manaus e Belém. E a Amazônia, que nos dizeres de Ferreira Reis, era a região dos cacauais, dos cafezais, dos engenhos, das lavouras e do pastoreio



com a valorização da borracha passa a ser a região das héveas, do ouro negro, dos pioneiros, dos seringueiros, dos aviadores, dos patrões, de um mecanismo novo na conjuntura nacional, distinto, portanto, na paisagem social brasileira. (MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico. São Paulo: USP, 1985. Tese Mimeo. p.26.).

E, por falta de opções, de conhecimentos e de recursos, os seringueiros remanescentes vão partir para outras praças na própria região, atrás dos castanhais do Pará e do garimpo de diamantes na região do antigo Cabo do Norte (atual Amapá), esvaziando novamente grande parte da Província do Amazonas e dando continuidade a uma economia extrativa. Com esta queda acentuada, o homem amazônico se viu novamente sem recursos para sua sobrevivência.

## **1.5 – NOVAS TENTATIVAS – O GOVERNO VARGAS**

O primeiro governo Vargas (1930/45) retornou as atenções sobre a região, tentando promover a exploração da Amazônia. Em sua visita à região, procurou estimular todos, através de suas palavras - reproduzidas para todo o país pela imprensa, sempre presente - a acreditar que este era um plano diferente dos anteriores. Alegava que este plano havia sido estudado em seus mínimos detalhes e não visava apenas à extração da borracha, mas fazia parte de um projeto maior, das diretrizes traçadas pela Marcha para Oeste, onde haveria uma real integração norte-sul, com o desenvolvimento de todo o país. Apelando para o imaginário popular, começa o discurso da seguinte forma:

Senhores - Ver a Amazônia é um desejo de coração na mocidade de todos os brasileiros (...) As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e sua história, feita de heroísmo e viril audácia (...) Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta - foram as nossas tarefas. Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico

viesses contingentes humanos de que carece a Amazônia. (...) Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. (Discurso do Amazonas *In*: PROPAGANDA AMAZONENSE. A Visita do Presidente Vargas e as Esperanças de Ressurgimento do Amazonas. Manaus: Imprensa Pública, 1940).

Não se podia esquecer o esforço empenhado para que esta área fosse incorporada, efetivamente, ao território nacional. Em 1939, Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, verificava a hipótese de reacender o cultivo da borracha. Mas, era preciso um estudo imediato para a seleção de melhor tipo de solo nas terras do Governo ou nas margens dos rios para sua instalação, tendo em vista o mais rápido crescimento da borracha, alertando que:

Deve ser dada atenção à seleção das pequenas plantações já estabelecidas pelos lavradores locais para que seja desenvolvida sua cultura. (...) as terras pertencentes ao Governo poderão ser divididas em pequenos lotes, a fim de acomodar as famílias locais vindas das regiões onde grassa a malária, e as famílias que já residam na região, com o objetivo de plantar borracha e outras culturas imediatas. Cuidar-se-á, ao mesmo tempo, das lavouras destinadas à alimentação (Arquivo Oswaldo Aranha (OA). Solar dos Câmara (SC) /Porto Alegre/RS. OA 39.01.10/1.

Segundo este plano, grupos de famílias seriam necessários para realizar um programa de plantação determinado a cada ano, sob a direta fiscalização federal até que os lotes fossem totalmente plantados, só então o governo outorgaria os direitos da terra, acreditando que desta forma se promoveria o aumento da riqueza da região, e melhores condições de saúde e bem-estar do povo. Continuava ainda dizendo que o Governo jamais abdicaria de seus direitos de insistir na boa conservação das plantações feitas, enquanto elas fossem rendosas, e não poderia deixar de orientar os plantadores por meio de contato direto no campo, ensinando-

lhes métodos para melhorar as colheitas e estudos técnicos destinados ao mercado.

Essa nova política era uma repetição das anteriores, com alguns ajustes. Contava-se com o capital estrangeiro e a propaganda veiculada nos jornais e revistas sobre os novos rumos do Brasil, a “Marcha para Oeste”, que tratava da retomada do espírito bandeirante da interiorização do homem, e conseqüentemente, do desenvolvimento econômico. Outro documento mostra como estava o espírito da época. Segundo este, sem a ajuda de capital externo, o país só poderia explorar suas riquezas num prazo de 50 anos. As jazidas minerais brasileiras não eram conhecidas, e ninguém sabia, realmente, o que elas valiam. Por isso os nossos produtos eram mais uma curiosidade do que riqueza real:

Precisamos nos convencer de que estamos na época colonial. Sem gente e sem capital nós, brasileiros, sozinhos, tão cedo não poderemos explorar o país; nem petróleo, nem o ouro, nem o diamante nem todos os outros minerais, sementes oleaginosas, fibras, etc. A exploração dos produtos tropicais é cara e exige o internamento, no hinterland, onde a natureza é opressiva.(...). É o caso de FORD, na Amazônia. Como poderia um brasileiro pobre, sem crédito, sem técnicos, atacar em larga escala o plantio da borracha em plena mata amazônica! (Arquivo Getúlio Vargas (GV), Solar dos Câmara (SC) / Porto Alegre/ RS. GV 39.01.09 documento nº 11,1939).

A justificativa para a entrada do capital estrangeiro, com a supervisão do governo brasileiro, segundo o pensamento exposto neste documento, foi fundamentada com base nos fracassos anteriores. A alegação era a de que o país não possuía capital nem técnica suficientes para uma exploração de grande porte, que gerasse uma produtividade competitiva com os outros mercados. A nova política estava definida. Com a ajuda do capital americano e o esforço maciço do povo brasileiro, foi traçado um plano de reerguimento da Amazônia.

Esse plano, constituído de várias partes, incluía o povoamento, o saneamento, a plantação ordenada de seringueiras, o aproveitamento da madeira, entre outros. Em

entrevista concedida ao Jornal do Comércio, Vargas dizia que estava na Amazônia com o objetivo de verificar as possibilidades práticas para pôr em execução um plano de “exploração sistemática das suas riquezas e do desenvolvimento econômico do grande vale”, afirmava ainda que segundo este plano, primeiramente atacaria o impaludismo, existente em algumas zonas do território amazonense. Depois de concluído este trabalho de saneamento, o crescimento demográfico seria evidente. Com isto, e cuidando de prepará-las “física e culturalmente, dando-lhes educação moral e cívica”, as novas gerações seriam valiosos fatores do povoamento da região. Afirmava ainda que seria iniciada uma política povoadora, com grupos nacionais que se fixassem na região. Tal colonização teria uma orientação técnica: as terras devolutas seriam aproveitadas e distribuídas gratuitamente aos colonos, fornecendo-lhes ainda instrumentos agrários e sementes. Haveria o estímulo ao plantio da seringueira, da cultura da castanha, do timbó e de todas as “abundantes essências florestais nativas” (Jornal do Comércio, Rio de Janeiro 15 de outubro de 1940 p. 1). Para completar esse plano, seria intensificada a exploração industrial com o apoio de empresários americanos.

Seguindo a lógica estabelecida por Rio Branco sobre o “tamponamento das fronteiras”, esta proposta de povoamento de Vargas também parecia ser pensada com vinculação à proteção territorial. Queria convidar Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia que, como tributários da bacia amazônica, precisavam fazer escoar seus produtos para o Atlântico, para uma Conferência Amazônica. Segundo ele, os assuntos a tratar nesta conferência eram da maior importância:

... Intercâmbio comercial, navegação, transportes, tarifas aduaneiras e outros.(...) para nos unirmos e formarmos uma verdadeira comunidade econômica. É claro que, assim procedendo, aumentaremos as nossas reservas de defesa e a nossa capacidade para resistir a qualquer tentativa de absorção [grifo nosso] (Jornal do Comércio, Rio de Janeiro 15 de outubro de 1940 p. 1).

Dentro da mesma proposta estava o possível convite aos Estados Unidos para juntar-se à Conferência, tendo em vista o seu interesse como grande mercado consumidor. Desta forma, dava-se a entender que a proposta de reascender a economia do vale amazônico era direcionada para várias frentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Face ao exposto acima, pode-se acreditar que as políticas de saneamento, migração, redistribuição de terras, abertura de mercado e proteção de fronteiras propostas por Vargas estavam muito próximas do pensamento corrente no início deste século de que “a fronteira é, de um modo geral, o condicionamento resultante de uma política externa. (...) apesar de definida, nem sempre pôde ser definitiva” (Teixeira Soares, 1973, 23), ou seja, a manutenção das fronteiras de uma nação necessitava de um cuidado constante, específico, cuidado este que deveria garantir sua posse. Através da adoção de uma política interna de integração nacional e de uma política externa regida por uma diplomacia de convivência pacífica e de vigilância constante, as várias nações mundiais tratavam de garantir suas posses. Dentro deste contexto, a política de Vargas também vai unir suas políticas - interna e externa - por um lado acenando com as possibilidades de exploração das riquezas da Amazônia, e, por outro, cercando-se de segurança com a integração dos países vizinhos, e com os Estados Unidos, em torno deste mesmo objetivo, a garantia das fronteiras.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Visão do Paraíso: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CORREIA FILHO, Virgílio. "Devassamento e Ocupação da Amazônia Brasileira". In Revista Brasileira de Geografia, ano IV, no 2, abril-junho de 1942.

D'ACAMPORA, Márcia. A Construção da Imagem do Inimigo: o papel dos jornais durante a Segunda Guerra Mundial em Florianópolis (1939/1945). Tese Mimeo. Fpolis, SC.

ESTERCI, Neide. O Mito da Democracia no País das Bandeiras (análise simbólica dos discursos sobre imigração e colonização do Estado Novo). Tese mimeo. Rio de Janeiro:1980.

GARCIA, Nelson Jahr. O que é Propaganda Ideológica. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

GOES FILHO, Synésio S. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas – um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.

MARTINELLO, Pedro. A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico. São Paulo: USP, 1985. Tese mimeo.

OLIVEIRA, Adélia. Amazônia: in SALATI, Enéas e outros. Desenvolvimento, Integração e Ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MEGGERS, Betty J. Amazônia - A Ilusão de um Paraíso. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PROPAGANDA AMAZONENSE. A Visita do Presidente Vargas e as Esperanças de Ressurgimento do Amazonas. Manaus: imprensa Pública, 1940.

REIS, Artur César F. A Amazônia e a Cobiça Internacional. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. A Amazônia e a Integridade do Brasil. Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1966.

RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste (a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil). Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800 - 1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SOUZA, Márcio. Breve História da Amazônia. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.

TEIXEIRA SOARES. História da Formação das Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora 1973.

TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WEINSTEIN, Barbara. A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850 - 1920). São Paulo: HUCITEC/USP, 1993.

## **Jornais**

O Estado de São Paulo - 1939/ 1940/ 1941/ 1942/ 1943 ( São Paulo)

A Gazeta de São Paulo - 1940/ 1942/ 1943 (São Paulo)

Jornal do Comércio - 1940/ 1942/ 1943 ( Rio De Janeiro)

Jornal do Brasil- 1940/ 1941/ 1942/ 1943 (Rio De Janeiro)

## **Relatórios**

Recuperação Econômica da Amazônia. Indenização Aos Estados Pela Creação dos Territórios. Trabalhos da Bancada Amazonense No Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro: Impresso Pelo Jornal do Comércio- Rodrigues & C., 1946.

Relatório do Ministério das Relações Exteriores - 1939/ 1940/ 1941/ 1942.

Relatórios das Comissões de Fronteiras: Arquivos do Ihgb / Rio de Janeiro

Relatório Apresentado Ao Exmo.Sr. Presidente da República Pelo Dr José Carneiro da Gama Malcher. Interventor Federal do Pará 1940 - 1941 Belém - Pará Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré,1943.

## **Periódicos**

Anais da Comissão Especial Para Valorização da Amazônia - Spva - 1<sup>o</sup> Volume, 1948.

Boletim da Associação Comercial do Amazonas – Agosto de 1942

Outubro de 1942

Dezembro de 1942

Fevereiro de 1943

Junho de 1943

Julho de 1943

Outubro de 1943

Revista Brasileira de Geografia – Outubro /Dezembro de 1940;

Abril/ Junho de 1942;

Julho/ Setembro de 1942;

Outubro/ Dezembro de 1942;

Julho/ Setembro de 1943;

Outubro/ Dezembro de 1943;

Abril/ Junho de 1944;

Julho/ Setembro de 1944;

Janeiro/ Março de 1947.

Revista Ciência Política - Outubro de 1941

Novembro de 1941

Revista Cultura Política - Março de 1941

Maio de 1941

Julho de 1941

Revista Diretrizes. Ano 1 Nº 2. Jan/Fev. 1991. B.V/Rr.

### **Documentação Primária**

Arquivo Osvaldo Aranha: de junho de 1938 a dezembro de 1945

Arquivo Getúlio Vargas: de fevereiro de 1937 a dezembro de 1945